

MENSAGEM Nº 51 /2019.

Maceió, 18 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 40/2019 que “*Institui a Política Estadual de Prevenção às Lesões por Esforços Repetitivos – LER ou Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho – DORT em âmbito público*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, a sanção da proposta em análise não se apresenta possível no Projeto de Lei nº 40/2019, em razão de vício de inconstitucionalidade formal e material, como se observará pelas razões adiante descritas.

A proposta em questão, ao impor ações positivas a serem praticadas pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, interfere na organização administrativa do Chefe do Poder Executivo, já que para implementar os objetivos elencados em seu art. 2º a SESAU deverá dispor de uma equipe profissional apta a realizar o levantamento de atividades desenvolvidas no Estado, por entidades públicas, com indicação dos fatores de risco e capacitação de pessoas para a realização das ações relacionadas aos objetivos da política pública, dentre outros.

A supramencionada interferência viola o disposto no art. 86, § 1º, II, *b e e*, da Constituição de Alagoas (em disposição análoga àquela constante dos art. 61, § 1º, II, *b e e*, da Constituição Federal), o qual disciplina que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre organização administrativa e sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública.

Além do vício formal de iniciativa, as disposições do inciso IV do art. 2º da proposta, que dispõe sobre a fiscalização e o cumprimento das normas relativas às condições de trabalho e saúde do trabalhador, e do seu art. 4º, referente à notificação obrigatória ao órgão de saúde pelo médico do trabalho vinculado às empresas ou aos serviços privados de saúde, invadem a competência material da União para legislar sobre direito do trabalho, conforme disposto no art. 22, I, e sobre o exercício de profissões, no art. 22, XVI, ambos da Constituição Federal.

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

NESTA



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A matéria disposta no presente projeto de lei está ainda em desacordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, que atribui às Delegacias Regionais do Trabalho o dever de fiscalizar o cumprimento das normas de segurança e medicina no trabalho, mediante seu art. 156, I, e na Resolução nº 2.183, de 21 de junho de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que impõe ao médico do trabalho o dever de notificar formalmente os agravos de notificação compulsória ao órgão competente do Ministério da Saúde quando suspeitar ou comprovar a existência de agravos relacionados ao trabalho, bem como notificar formalmente ao empregador a adoção dos procedimentos cabíveis, independentemente da necessidade de afastar o empregado do trabalho, devendo registrar tudo em prontuário. Por essas razões, também se faz necessário o veto do presente projecto legislativo por inconstitucionalidade material.

Incorre, assim, em usurpação de competência, acarretando ofensa aos Princípios Republicano e da Separação de Poderes, insculpidos, respectivamente, nos arts. 1º e 2º da Lei Fundamental brasileira.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar totalmente** o Projeto de Lei nº 40/2019, por **inconstitucionalidade formal e material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador